

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.533 - PR (2019/0138144-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : R C L (MENOR)
RECORRENTE : V A S C L - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRENTE : J C L - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADOS : MARCOS ANTÔNIO NUNES DA SILVA - PR039390
GUILHERME PRADO DE CARVALHO - PR082019
RECORRIDO : UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS
ADVOGADOS : EDUARDO BATISTEL RAMOS - PR031205
LIZETE RODRIGUES FEITOSA E OUTRO(S) - PR021762
FÁBIO SILVEIRA ROCHA - PR038685

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por R. C. L. e OUTROS, com arrimo no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO HOME CARE. PRETENSÃO DE QUE A OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE FORNEÇA OS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DOMICILIAR NAS HIPÓTESES DE DESLOCAMENTO DA MENOR DE SUA RESIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE, SOB PENA DE TORNAR A OBRIGAÇÃO DO PLANO DEMASIADAMENTE EXCESSIVA. INEXISTÊNCIA DE COMANDO JUDICIAL NESSE SENTIDO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (fl. 268 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 321/325 e-STJ).

Em suas razões, os recorrentes apontam violação dos arts. 187, 421 e 422 do Código Civil, além de divergência jurisprudencial.

Sustentam, em síntese, que deve ser aplicado o instituto da *surrectio*, pois, *"mesmo sem previsão contratual, a prática reiterada da Recorrida quanto ao fornecimento de insumos e profissionais em deslocamentos realizados [...] teve o condão de ampliar o objeto do contrato de home care, dada a periodicidade de aproximadamente 5 (cinco) anos"* (fl. 355 e-STJ).

Contrarrazões apresentadas às fls. 408/412 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Com efeito, no caso dos autos, o recurso especial impugna acórdão que julgou

Superior Tribunal de Justiça

agravo de instrumento de decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada.

Conforme se verifica do andamento processual, foi proferida sentença de mérito nos autos em 2/9/2019. Nesse contexto, nos termos da iterativa jurisprudência desta Corte, o recurso especial fica prejudicado, tendo em vista que a sentença de mérito absorve os efeitos dos provimentos liminares, por se tratar de juízo de cognição exauriente.

A propósito:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.

SENTENÇA PROFERIDA. PERDA DO OBJETO.

1. Consoante o entendimento pacífico desta Corte, o exame de recurso especial interposto contra acórdão proferido em agravo de instrumento de decisão liminar ou de antecipação de tutela fica prejudicado, ante a perda de seu objeto, na hipótese de já ter sido prolatada sentença.

2. Agravo interno no recurso especial prejudicado por perda superveniente do objeto."

(AgInt no AREsp 741.331/ES, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 15/08/2017)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. TUTELA ANTECIPADA INDEFERIDA DE APREENSÃO CAUTELAR DE NUMERÁRIO EM DISPUTA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NO PROCESSO PRINCIPAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR PERDA DE OBJETO. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: 'Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.' 2. Consoante o entendimento pacífico da jurisprudência desta Corte Superior, a superveniência de sentença de mérito no feito principal enseja a perda de objeto do recurso especial resultante de agravo de instrumento interposto contra decisão concessiva ou denegatória de liminar ou antecipação de tutela, tendo em vista que a sentença absorve os efeitos do provimento liminar, por se tratar de juízo de cognição exauriente.

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt nos EDcl no REsp 1651652/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 01/06/2017)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL NOS AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSTERIOR PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PERDA DO OBJETO RECURSAL. DECISÃO MANTIDA.

1. 'Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, resta prejudicado, pela perda de objeto, o Recurso Especial interposto contra Acórdão que julgou Agravo de Instrumento de decisão que deferiu a antecipação de tutela, quando se verifica a superveniente prolação da Sentença de mérito' (EDcl no AgRg no REsp n. 1.293.867/MT, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 5/8/2014, DJe 1/9/2014).

2. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento."

(EDcl no REsp 1.373.301/MA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 14/10/2015)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o recurso especial.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

